



Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1990

ANO XV

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 100.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1990
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Luciano Pizzatto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, e Vera Agibert (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (22).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. JOÃO ARRUDA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requêiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

deferir e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

26 Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 198/90

Curitiba, 09 de novembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo proceder o enquadramento da categoria dos Engenheiros e Arquitetos na sistemática da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, bem como atende a reclamos da categoria.

Ao Estado interessa sobremaneira a concretização da medida porque significa avanço na implantação do Regime Jurídico Único previsto nas Constituições Federal e Estadual.

Por outro lado, a iniciativa ora adotada tem também como escopo eliminar defasagem salarial que vem ocorrendo no âmbito da categoria e que se acentuou com a revisão das tabelas de remuneração das carreiras integrantes do Quadro Geral do Estado, decorrente da Lei 9.371, de 24 de setembro de 1990, e da qual não se beneficiaram os Engenheiros e Arquitetos por se encontrarem regidos pela Lei nº 7.122, de 26 de abril de 1979. O enquadramento desta categoria na sistemática da Lei 7.424/80, virá indubitavelmente corrigir tal discrepância remuneratória.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura deixa de pertencer à sistemática da Lei nº 7.122, de 26 de abril de 1979, passando a ser regido pelo que dispõe a Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, integrando o Quadro Geral de Pessoal Civil do Poder Executivo, de provimento efetivo, parte permanente, grupo profissional.

Parágrafo Único - Os cargos referentes ao grupo ocupacional de que trata este artigo, serão dispostos por código, categoria, conforme estabelecido no quadro anexo a esta lei, complementando, o Anexo I da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, com vencimentos básicos mensais de acordo com a Tabela I, do Anexo II, da mesma Lei.

Art. 2º - Os funcionários ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior serão distribuídos nas referências da respectiva categoria funcional, observado o constante na Lei nº 8.371, de 14 de outubro de 1986.

Art. 3º - A Categoria Funcional de Assistente de Engenharia, Padrão I, Código P-18, Grupo P - Profissional, que faz parte do Anexo I da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, fica transformada e redistribuída nas categorias funcionais referidas no quadro anexo a esta lei.

Art. 4º - Os servidores inativos anteriormente à vigência da Lei nº 7.122, de 26 de abril de 1979, beneficiados pela Lei nº 6.794/76, terão seus proventos revisados, com base na Tabela II, do Anexo II, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de setembro de 1990, ficando revogadas as Leis nº 7.122, de 26 de abril de 1979 e 7.560, de 23 de dezembro de 1981 e demais disposições em contrário.

ANEXO DE QUE TRATA O ART. 1º
GRUPO P - PROFISSIONAL

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	PADRÃO	REFERÊNCIA		NÚMERO DE CARGOS
			INICIAL	FINAL	
P-18	Engenheiro Civil	I	1	11	27
P-19	Engenheiro Químico	I	1	11	2
P-20	Engenheiro Mecânico	I	1	11	2
P-21	Engenheiro Agrônomo	I	1	11	19

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Retirada da Ordem do Dia por 3 sessões do Projeto de Lei nº 499/90.

Sala das Sessões, em 13.11.90

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2562.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja prorrogado o prazo de recebimento de emendas ao orçamento de 1991, até o dia 20 de novembro do corrente.

Sala das Sessões, em 13.11.90

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve pede a inserção nos Anais da Assembleia, de voto de pesar pelo falecimento em Curitiba, a 8 de novembro passado, do Dr. ALBERTO FRANCO FERREIRA DA COSTA, filho do educador Professor Lysimaco Ferreira da Costa e de sua mulher Dona Esther Franco da Costa, casado em primeiras núpcias com Dona Maria Margarida Solheid da Costa, e, após a viuvez, com Dona Leoni Mueller Ferreira da Costa.

Nascido em Curitiba, a 19 de dezembro de 1917, o extinto foi notável defensor dos interesses do Paraná e da sua gente, honrando o berço culto e paranista. Fez da sua vida espaço da busca da modernidade. Deputado Federal por duas legislaturas, representou o Estado no Congresso de 1967 a 1975.

Era formado em Odontologia, pela UFPR em 1941, e em Engenharia Civil pela mesma Universidade do Paraná, em 1944.

Foi Diretor da Petrobrás, ao tempo da presidência do General Albino Silva.

Foi Diretor da Rede Ferroviária Federal.

Foi presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, de 1967 a 1969.

Capitão da reserva do Exército Nacional, serviu em posto de fronteira nos anos da II Guerra Mundial.

Empresário da área de Engenharia Civil, foi responsável por cerca de 85% da abertura do atual traçado da auto-estrada Curitiba-Paranaguá, hoje parte da BR 277. Empresariou construção pesada em diversos estados, tais como Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Mato Grosso.

A memória que se solicita à egrégia Assembleia é para registro da História do Paraná, dentro da idéia de Octávio Paz de que "se a memória se dissolve, o homem se dissolve".

Sala das Sessões, em 13.11.90

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

nário, a inclusão nos Anais deste Poder, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ABRAO GREGÓRIO DO NASCIMENTO, ocorrido na municipalidade de Araruna.

Aos 67 anos de uma vida inteiramente voltada para o trabalho e do respeito ao próximo, o seu falecimento não somente enluta a sua esposa Carmem e os filhos Doacir, Sônia e Carmem, mas entristece profundamente a comunidade araruense, acostumada ao convívio fraterno do conhecido "tio Abrão", que será sempre lembrado pelo vasto círculo de parentes e amigos.

Sala das Sessões, em 13.11.90

(a) RUBENS BUENO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 567/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam isentos do pagamento de taxas, selos e emolumentos para expedição de segunda via de certidões de nascimento, casamento ou óbito, os maiores de sessenta e cinco anos, residentes em território paranaense.

Parágrafo Único - Para o efeito desta lei, deverá constar, no documento requerido, assento do beneficiário tratado no "caput" deste artigo ou, em caso de certidão de óbito, do seu cônjuge.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Tem esta proposta o sentido de isentar os paranaenses, maiores de sessenta e cinco anos, do pagamento de taxas, selos e emolumentos quando da expedição de segunda via das certidões de nascimento, casamento e óbito.

O que nos inspirou na apresentação deste projeto foi a necessidade de buscar a eliminação dos obstáculos colocados à efetivação dos direitos desse segmento garantidos na Constituição.

Recentemente foi promulgada lei estadual isentando os idosos do pagamento da taxa para confecção da cédula de identidade, a fim de garantir esse propalado acesso. Contudo, isto não eliminou os custos impostos a esses cidadãos - muito dos quais aposentados recebendo míseras pensões e aposentadorias.

As certidões são exigência do Instituto de Identificação para confecção da nova cédula instituída por Portaria do ex-Presidente José Sarney, destinada aos maiores de 65 anos.

Conceder esta gratuidade defendida no projeto é garantir a inteireza das con-

quistas desse contingente da população, estranhamente, condicionadas à confecção de um novo documento.

Parece-nos que conceder esta isenção é efetivar o compromisso que nós, parlamentares, temos com a promoção da pessoa idosa, facilitando-lhe o acesso aos seus direitos, principalmente àqueles que nós mesmos, em Assembléia Constituinte, asseguramos.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 568/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica extinto o art. 29, da Lei n° 7.567, de 08 de janeiro de 1982.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.90

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, criada pela Lei n° 7567/82, tem por objetivo complementar aposentadorias e pensões dos Serventuários da Justiça, do foro extra-judicial, com arrecadação efetuada através de taxa sobre os atos praticados pelas serventias. Não recebe nenhuma dotação dos cofres públicos.

O art. 11, inciso I, da Lei n° 7567, prescreve que as complementações de aposentadorias e pensões serão efetuadas com 70% (setenta por cento) da receita da carteira.

O art. 29, estabelece que as suplementações de aposentadorias não poderão exceder de 40 VRC e as pensões de 24 VRC. Como o VRC ao longo de 9 anos sofreu brutal defasagem, 40 VRC representam hoje, apenas, Cr\$ 1.160,00 (hum mil cento e sessenta cruzeiros) ou seja o equivalente a Cr\$ 29,00 por VCR.

Como os dois artigos passaram a ser conflitantes, com a extinção do segundo, as complementações de pensões e aposentadorias poderão voltar ao normal.

O I.P.E. está pagando pensão da ordem de Cr\$ 18.379,00 para viúvas de serventuários da Capital que falecem na ativa e com 70% de sua arrecadação a Carteira poderá complementar com mais Cr\$ 18.000,00 essa mesma pensão.

Enfatizamos que essa complementação não impõe qualquer ônus aos cofres públicos e a presente proposição visa, apenas, corrigir uma distorção na lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furlatti, no pequeno expediente.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As Comissões Parlamentares de Inquérito são instrumento que o Legislativo dispõe para inquirir, para investigar, para ir a fundo nas questões de interesse público e como tal, implicam em responsabilidade do Poder Legislativo, porque no momento em que um Parlamentar requer uma CPI, a primeira responsabilidade deste Parlamentar, é de levar à frente este instrumento, e levando à frente, de concluir os inquéritos, responsabilizando quem deve ser responsabilizado e apresentando sugestões para que os problemas que possam existir, sejam resolvidos.

Foi levantada aqui a possibilidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as tarifas públicas do transporte intermunicipal. Eu desta tribuna, especialmente ao Deputado Nereu Massignan, faço um apelo para que ele instale esta CPI imediatamente, para que ele e os demais Parlamentares indicados pelas Bancadas, façam o inquérito profundo e imediato destas questões, porque isto interessa ao povo do Paraná.

Nós não podemos permitir que se levantem as idéias e elas não tenham cabo, não tenham fim.

Sugiro mais ainda aos Parlamentares e ao Parlamentar Nereu Massignan: que se faça uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as tarifas públicas e que se faça uma Comissão Parlamentar de Inquérito que trabalhe, no sentido não de reuniões quinzenais ou semanais, mas que se façam reuniões diárias para que num prazo de 10 ou 15 dias, tenhamos os resultados finais. É fundamental que comecemos a exigir também responsabilidade e conclusão das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Vou mais além: sugiro que o Deputado Nereu Massignan convoque o Governador Álvaro Dias para que venha a esta Casa, para que venha aqui dar os seus depoimentos e ser inquirido e que isto seja antes das eleições de 25 de novembro. Que seja agora, que seja a hora da verdade, porque nós entendemos de que as suspeitas não devem ficar levantadas apenas como suspeitas. Convoque o Governador, Deputado Nereu Massignan, antes das eleições e nós vamos assistir aqui na sessão da CPI, a uma investigação plena e profunda dessas questões. Quem sabe, poderemos até aprofundar um pouco mais estas questões importantes e vamos aproveitar e abrir as planilhas do transporte de Curitiba também, o que pode proporcionar aí um debate mais profundo de interesse do Paraná. Vamos aprofundar tecnicamente, vamos chamar técnicos, vamos analisar os preços e vamos verificar com profundidade, com isenção, com idoneidade esta questão. Façamos isso para concluir,

para investigar, para apurar. E por que digo que isto deva ocorrer antes do dia 25? Porque se porventura alguém levantou alguma necessidade de CPI, que seja feito antes do dia 25 que é quando a opinião pública está esperando, está mais atenta aos fatos políticos que acontecem no Paraná.

Isso é muito importante, é necessário, é fundamental.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Paulo Furiatti, mostrando uma certa indignação com um requerimento por mim formulado aqui nesta Casa, a respeito das concessões benéficas de aumentos abusivos do transporte coletivo que fez o Senhor Governador do Estado, através de decreto, retirando a atribuição do DSTC, em cinquenta e dois dias, Senhores, foram concedidos dois aumentos que, somados, atinguem a 64%. Por si só os dados são estarrecedores. Deputado Furiatti, há um pedido de informações que esta Casa vai apreciar e que espero que Vossa Excelência, como um entusiasmado aliado da bancada do PMDB e do Governador Álvaro Dias, o aprove na sessão de hoje. E o Governador tem trinta dias para responder. Espero que ele seja rápido na resposta.

Mas que responda também aos cinco pedidos de informações que formulei ontem a respeito de irregularidades; três na Secretaria de Saúde, um na Secretaria de Segurança Pública, que compra peças de veículos Monza, quando se sabe que a Secretaria de Segurança não possui, em sua frota, veículos Monza, o outro que explique a dispensa de licitação para as reformas do Hospital São Roque, e o outro que explique porque depois que estava concluída em 93% a Central de Apoio do SUDS do Capanema se pensou em fazer um projeto de drenagem e canalização de águas pluviais daquele complexo, elaborado pela Secretaria de Saúde.

Aliás, a Secretaria de Saúde firmou uma jurisprudência neste Estado e neste Governo, já desde o tempo do Senhor Delcírio Tavares, de dispensa de licitação. Algumas delas inclusive não autorizadas pelo Senhor Governador do Estado. Isto quer dizer autorizadas pelo próprio Governador, o seu Secretário de Estado.

O outro, este Dr. Almeida, pediu demissão, disse que não aguentava mais as denúncias que aconteciam de corrupção e de irregularidade naquela Secretaria.

Seria interessante que o Governador

Álvaro Dias atendesse também a requisição do Ministério Público, por mim solicitada, e venham a esta Casa os duzentos mil documentos que implicam em explicações sobre os gastos da propaganda e da promoção pessoal deste Governo que, desde maio deste ano, por requisição do Ministério Público, não foi atendido. O Governador não atende ao Ministério Público! Consequentemente, não está atendendo esta Assembléia, porque é requisição de um Deputado!

Seria interessante que o Governador viesse dar essas informações através dos pedidos de informação. Inclusive um que já venceu, Senhor Presidente, a respeito do repasse de verbas às Prefeituras no primeiro turno. Pedido de informações aprovado por esta Casa, em que se solicitava que o Governo do Estado, através das palavras do Governador Álvaro Dias que disse que os repasses eram de obras que obedeciam a um cronograma de verbas do Paraná Rural, e o que veio para a Assembléia foi o Manual Técnico de Orientação de PEDU e do Paraná Rural, encaminhada para o ex-Secretário Osmar Dias numa afronta, num desrespeito ao Poder Legislativo. Isto o Governador Álvaro Dias deve ter interesse em explicar e deve informar a esta Casa.

Informar também sobre a publicação de um livro a respeito de AIDS, financiado pelo Porto de Paranaguá, que até hoje não foi editado.

Enfim, esta Assembléia tem os instrumentos ...

(É-lhe tirado o som).

Estou encerrando, Senhor Presidente.

Esta Assembléia tem os instrumentos já encaminhados através de pedido de informação. Esperamos que o Governador responda à Assembléia aquilo que foi solicitado e que junto, repito, venham os duzentos mil documentos que estamos aguardando desde maio, porque com estes documentos e com os documentos de pedidos de informação pendentes nesta Casa poderemos fazer uma CPI do Governador Álvaro Dias, não apenas do Transporte Coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente ...

O SR. ALGACI TÚLIO - Estou inscrito, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não constava, mas esta Presidência concede a palavra ao Deputado Algaci Túlio no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Por falar em CPIs, a CPI da Saúde tem sessão marcada para amanhã, às 09h45m, onde esperamos a pre-

sença do ex-Secretário Manuel de Almeida Neto, teremos a presença do Prefeito de Guaratuba, Aldo Abbage, e as presenças de Alzira Canatari e de Laís de Sá Moreira, assistentes sociais que também estarão prestando depoimentos na audiência de amanhã, da Comissão Parlamentar de Inquérito da área da saúde.

Mas venho à tribuna para justificar mais um projeto de lei de nossa autoria que visa isentar os maiores de sessenta e cinco anos do pagamento das taxas para expedição de segunda via de Certidões de Nascimento, Casamento e de Óbito.

Por que é que faço este projeto de lei?

Lamentavelmente, no Brasil, os direitos nunca são colocados à população em toda a sua inteireza.

Assim, o nosso Estado cartorial permanece fazendo clientelismo, ao invés de assumir este papel de grande importância que é o de promover a igualdade, a justiça e o bem estar.

E esta promoção não pode estar em outro caminho que não o do cumprimento pelo disposto pela Constituição.

Está lá escrito "os idosos não serão discriminados, gozarão de tratamento privilegiado e constitui prioridade nos programas de políticas sociais dos Governos Federal e Estadual".

Entretanto, Senhores Deputados, a realidade se choca de forma escandalosa com a Constituição.

A realidade estampa o tratamento vergonhoso que o nosso País dispensa à pessoa idosa.

E, a partir daí, se forma uma trama cartorial e burocrática que só impede o acesso dos cidadãos aos seus direitos.

Quem não se lembra da história dos ônibus gratuitos aos maiores de sessenta e cinco?

Pois bem, apesar de estar na Constituição a gratuidade, só começou a engatinhar com a assinatura, pelo ex-Presidente José Sarney, de uma portaria instituindo uma nova Cédula de Identidade, com o carimbo vermelho da expressão maior de sessenta e cinco anos, que garantiria também outras vantagens legais.

Ocorre que, muitos idosos são aposentados ganhando as aposentadorias e pensões miseráveis da Previdência Social, sem, portanto, ter condições para pagar as consideráveis taxas para a confecção da nova identidade.

Como solução, nós apresentamos aqui nesta Casa, um Projeto de Lei isentando de pagamento os maiores de sessenta e cinco anos para a feitura dessa nova Carteira de Identidade.

Essa lei atendeu a milhares de paranaenses que, finalmente, puderam ter a no-

va Cédula e gozar do benefício do transporte gratuito.

A partir daí surgiu um novo problema, o Instituto de Identificação ele pede a Certidão de Casamento; ele pede a Certidão de Nascimento ou Óbito do Cônjuge, para fazer a nova cédula, porque nesta nova cédula, já vem toda a numeração desta documentação, tornando-se praticamente um documento único, e isto custa caro, porque os cartórios cobram taxas de selos e emolumentos. Nós solicitamos pelos gabinetes, os Senhores Deputados fazem também esse trabalho de solicitar pelos seus gabinetes certidões, 2.^a vias a Cartórios do Interior do Paraná e eu constantemente em meu gabinete, solicito para outros Estados, inclusive, esta 2.^a via, e como é que um idoso, um aposentado vai ter condições de pagar para que o cartório envie de um outro Estado, até mesmo do Interior do Paraná, esta 2.^a via.

Então pudemos constatar que é um ônus bastante pesado para os nossos idosos. Por esta razão estou apresentando hoje, um Projeto que torna grátis para os maiores de sessenta e cinco anos, a 2.^a via das Certidões de Óbito do Cônjuge, de nascimento. Desta forma espero contribuir para a eliminação de mais um obstáculo, a efetivação dos direitos e conquistas consagrados por nossa Constituição aos idosos. E eu tenho certeza que mais uma vez os Senhores Parlamentares, estarão contribuindo com esse projeto, da maneira como fizeram no projeto anterior de minha autoria, que possibilitou também a gratuidade na carteira de identidade.

É a forma que nós encontramos para poder amenizar o sofrimento do idoso que ganha uma pensão miserável, e ainda tem despesas para poder usufruir de algum benefício, que o Governo Federal lhe concede. Era só Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, antes de passarmos ao Grande Expediente, registramos com satisfação a presença dos novos Parlamentares, que terão assento nesta Casa a partir de fevereiro de 1991, o Ex-Prefeito de Irati, Antonio Toti Colaço Vaz; do Deputado representante da cidade de Colorado e região, Sr. Branco Mendes; registramos também com satisfação a presença do Prefeito Sr. Antonio da Paz, de Ivaiporã; do Prefeito João Aparecido do Nascimento de Grandes Rios, e dos Vereadores Hélio Mathias e Nilton Coelho de Ivaiporã: da mesma forma registramos a presença do futuro Deputado Durval Amaral da região de Cambé e de todo o Estado do Paraná.

Não havendo oradores no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideran-

ças.

Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente, solicitando a prorrogação do prazo para recebimento de emenda ao orçamento de 1991, até o dia 20 de novembro do corrente ano. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 352/89, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luciano Pizzatto, que autoriza o Poder Executivo a privatizar o Serviço de Transporte Marítimo de Veículos (Ferry-Boat), na Baía de Guaratuba. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 499/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 168/90), que institui a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO IGUAÇU - UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 499/90. Prejudicado.

O SR. JOÃO ARRUDA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu gostaria de tomar conhecimento deste requerimento do Deputado Renato Adur.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Solicito ao Sr. 1° Secretário que faça a leitura do requerimento.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Ezequias Losso) Procede à leitura do requerimento.

O SR. JOÃO ARRUDA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu solicito informação desta Presidência se em 4.^a Discussão o projeto

poderá ser retirado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Em qualquer fase o projeto poderá ser retirado, desde que aprovado pelo Plenário, evidentemente.

O SR. JOÃO ARRUDA - Então eu solicito, encareço até, ao Deputado Renato Adur que deixe o projeto ter o seu trâmite normal, porque nós tivemos, na semana passada, as direções das Faculdades de Palmas, de Pato Branco, de Francisco Beltrão, discutindo aqui com os Deputados que têm interesse na região Sudoeste e conseqüentemente têm interesse na criação da UNIVALE. Eu vejo o Deputado Renato Adur apresentar um pedido de retirada quando ele não tem nenhum interesse na região Sudoeste e muito menos na UNIVALE.

Então gostaria que fosse colocado em votação e que os companheiros Deputados levassem em consideração que é um projeto de interesse da região do Sudoeste, a UNIVALE, e que, com grande sacrifício, com grande luta dos Srs. Deputados, das Lideranças, enfim de toda aquela região, nós conseguimos a aprovação em 3ª Discussão, com as Emendas que foram de consenso neste Plenário.

Eu gostaria que o projeto fosse à votação em 4ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) -

Esta Presidência comunica ao Plenário que o projeto, evidentemente, já está aprovado, em 3ª Discussão e a 4ª Discussão se faz necessária apenas para a aprovação das Emendas que foram apresentadas em 3ª Discussão. Evidentemente que se rejeitado o Projeto no dia de hoje, ou melhor, se rejeitadas as emendas, prevalece o que já foi aprovado em 3ª Discussão.

O SR. JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, estas emendas já foram aprovadas em 3ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Não há sempre a necessidade de mais uma votação para as emendas.

O SR. JOÃO ARRUDA - Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Solicitamos aos Srs. Deputados que tomem os seus assentos.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Srs. Deputados que rejeitam o requerimento de retirada da Ordem do Dia, queiram levantar-se.

Sete Senhores Deputados aprovam, quinze rejeitam. Não há quorum para votação,

somente para prosseguimento da sessão.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu respeito a posição dos Senhores Parlamentares, mas o caso da UNIVALE já está criando uma polêmica desnecessária até dentro do Plenário imperrando o prosseguimento das sessões da Casa; nós precisamos limpar a pauta de serviços, são muitos projetos já em 2ª, 3ª e 4ª discussão que acabam parando uma semana, ou duas, em função de um requerimento que pede a retirada de um projeto de pauta. Seria necessário, mais do que nunca, para acabar com esse... por que senão na reunião da sessão de amanhã vai voltar o mesmo problema, mais uma vez a sessão cai porque há o requerimento pedindo a retirada do projeto da UNIVALE. Então, é necessário que o Deputado João Arruda, os Deputados que têm interesse nesta Região, sentem, fora da sessão, conversem, combinem e achem uma solução, porque eu acho que os demais projetos não podem sofrer continuidade em função de uma briga pessoal, uma briga política. É o apelo que eu faço aos Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência igualmente a Vossa Excelência lamenta, mas infelizmente ou felizmente temos um Regimento que determina que para votações teremos que ter um número mínimo que é vinte e oito.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu apelo a Vossa Excelência, à Mesa desta Casa para a convocação dos Senhores Deputados para um esforço concentrado, mesmo que seja a partir de segunda-feira, para votar matérias importantes, aliás Vossa Excelência participou ainda ontem de uma reunião com os Senhores Prefeitos, com o Líder do Governo e outros Parlamentares, para que esse esforço realmente se concretize, tendo em vista que já caminhamos para a segunda quinzena do mês de novembro e que teremos somente mais uma quinzena no mês de dezembro, e o prejuízo será de todo o Estado do Paraná.

Por isso, eu faço um apelo à Mesa que convoque todos os Senhores Deputados para o esforço concentrado a partir de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência manterá contato com as Lideranças para que cada um na alçada de sua bancada tome as providências para que os Deputados compareçam nas sessões.

4ª discussão do Projeto de Lei n. 499/90. Está encerrada.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 309/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚ-

LIO, que concede estímulos especiais a pessoas domiciliadas em território paranaense que doaram, em vida, órgãos passíveis de serem transplantados quando de sua morte, com o propósito de restabelecer funções vitais à saúde. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 224/90, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Funcionários do Departamento de Transporte Oficial, com sede e foro nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 341/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei n. 9.249, de 16 de maio de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 459/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. OZEIL MOURA DOS SANTOS, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao País. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 152/90, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142, da Constituição Estadual e dispõe sobre os princípios a serem obedecidos na sua utilização. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 376/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI e OUTROS, que cria o Colégio Agrotécnico Estadual Padre Olímpio - Jesuíta, a ser instalado no pólo educacional da sede de Ivaiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 376/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Orlando Pessuti, objetiva criar o Colégio Agrotécnico Estadual Padre Olímpio Jesuíta, a ser instalado no pólo educacional do Município de Ivaiporã.

Ao proceder-se à análise legal, constitucional e meritória da iniciativa, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 523/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 523/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Orlando Pessuti, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo.

Ao proceder-se à análise legal, constitucional da presente proposta, realçamos o seu amplo aspecto meritório e a sua conformidade com a Lei Estadual n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, sendo que nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 529/90, de autoria dos Deputados TADEU LÚCIO MACHADO e ALGACI TÚLIO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. JOSÉ CARDOSO AZEVEDO. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 529/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Excelentíssimos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Algaci Túlio, objetiva conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao médico Sr. José Cardoso Azevedo.

Ao proceder-se à análise legal, constitucional e meritória da iniciativa, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 534/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. MIGUEL NASSER FILHO. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 534/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Pirajá Ferreira, objetiva conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dr. Miguel Nasser Filho.

Ac proceder-se à análise legal, constitucional e meritória da iniciativa, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.90.

(aa) WERNER WANDERER - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 112/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (ex-Proposição n° 138/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar a Antônio Fernandes de Mello e Francisco de Assis Andrade, o imóvel que especifica, na Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 453/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 159/90), que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita à ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA - ASTRAU, área de terreno, conforme especifica. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 101, de 28.09.90, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 482/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dispõe sobre os vencimentos dos Agentes de Reclusão do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. (Publ. no D.A. n° 108, de 12.09.90). Encerrada a discussão.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Há um projeto de nossa autoria tramitando na Casa que trata, também, de assunto correlato à questão dos agentes de reclusão. Eu faria um pedido à Mesa, que pudesse anexar o nosso projeto para ser discutido na mesma ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Mesa acata a vossa solicitação e solicita à Assessoria que tome as providências no sentido de que o projeto do Deputado Rubens Bueno, versando sobre os agentes de reclusão, seja anexado ao projeto do Deputado Erondy Silvério.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 504/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, do Município de Barracão-PR. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 117, de 09.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 530/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA JARDIM SÃO BENEDITO, com sede e foro nesta Capital. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 124, de 22.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 554/90, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que autoriza o Poder Executivo a isentar de tributação os produtos componentes da Cesta Básica de Alimentos. - Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 133, de 06.11.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 124/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 15/90, ex-Proposição n° 12/90), que ratifica o Convênio celebrado em 28.12.90, em Brasília-DF, entre o Estado do Paraná e o Ministério das Minas e Energia, objetivando a execução de parte do Programa de Eletrificação e Irrigação em Comunidades Rurais, especificamente na construção de linha de eletrificação rural, nos Municípios de Campina Grande do Sul e Mandirituba. - Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 125/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 18/90, ex-Proposição n° 15/90), que ratifica o Convênio celebrado em 16.01.90, entre o Estado do Paraná e o Município de Londrina e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a realização anual do Festival de Música de Londrina. - Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 126/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 19/90, ex-Proposição n° 16/90), que ratifica o Termo de Revigoração do Convênio celebrado em 25.05.90, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Centro Positivista do Paraná, objetivando o apoio do Esta-

dó na realização do I SIMPÓSIO INTERNACIONAL POSITIVISMO x HUMANISMO, aprovado pelo Comitê de Eventos do CONCITEC. - Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 127/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 29/90, ex-Proposição n° 26/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI, objetivando a realização dos cursos que especifica. - Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 128/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 93/90, ex-Proposição n° 57/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29.12.89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas - FACICLA, objetivando a realização, pela Faculdade, de curso de Produção de Textos. - Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 129/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 88/90, ex-Proposição n° 55/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29.12.89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento e a SANEPAR, objetivando o Desenvolvimento Tecnológico de reatores anaeróbicos para o tratamento de esgotos e produção de gás metano. - Encerrada a discussão.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 130/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 100/90, ex-Proposição n° 62/90), que ratifica os Convênios celebrados em 29.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. - Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 11/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 14/90), que ratifica o Convênio n° 03/90 COMEC, celebrado em 22.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente com a participação da COMEC e o Município de Colombo, objetivando aplicação de recursos financeiros na pavimentação do acesso ao Jardim das Graças, através da Rua Hélio Dalprá e a Rua Ângelo Falavinha Dalprá, na sede do referido Município. - Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 13/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 16/90), que ratifica o termo de ajuste em 18.01.90, entre a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a prestação de serviços à SEPL pela FASPAR, através da colocação de Guardas Mirins. - Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 14/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 17/90), que ratifica o Convênio celebrado em 24.01.90, entre o Estado do Paraná e a Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRÁS, com a interveniência da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - FERROESTE, visando o aproveitamento múltiplo das Hidrovias dos Rios Paraná e Ivaí, com integração do Terminal Ferroviário de Guaíra. - Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 18/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 18/90), que ratifica o Convênio por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa de tecnologia, conforme especifica. - Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 20/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 23/90), que ratifica o termo de cooperação firmado em 17.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Paraná, objetivando a inserção da contribuição sindical no Documento Único de Trânsito - DUT. - Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 23/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 26/90), que ratifica o Convênio n° 70/090/89, celebrado em 15.12.89, em Brasília - DF, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Marinha, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, objetivando o desenvolvimento dos subprojetos W09-2046, Gerenciamento Costeiro e 0100 - Zoneamento Costeiro, no litoral paranaense. - Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 24/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 27/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da

Curitiba, terça, em 13.11.90

Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, objetivando a realização dos cursos que especifica. - Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 25/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 28/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a realização do Projeto de Pesquisa Científica, conforme especifica. - Encerrada a discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu volto a insistir aos Srs. Parlamentares que fazem parte da Comissão de Saúde, para que amanhã, às 9:45, na Sala das Comissões, compareçam, para que possamos fazer mais uma sessão, inclusive com a ouvida do ex-Secretário da Saúde Manoel de Almeida Neto.

Então, eu encareço aos Srs. Parlamentares que acompanham a Comissão, para que amanhã compareçam a esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está registrado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Eu gostaria de saber se o Projeto 515/90 estará na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós anunciaremos para amanhã a inclusão na Ordem do Dia.

O SR. NEIVO BERALDIN - Quer dizer que Sua Excelência anuncia que amanhã estaremos votando em redação final o projeto do FEPPA?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Perfeitamente.
Sobre a mesa, requerimento de n° 2559,

de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2560, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 499/90.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 309/89, 224, 341 e 459/90.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 152/90, dos Projetos de Lei n°s 376, 523, 529 e 534/90, e do Projeto de Resolução n° 112/90.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 453, 482, 504, 530 e 554/90, e dos Projetos de Resolução n°s 124 a 130/90.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 11, 13, 14, 18, 20, 23, 24 e 25/90.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 515/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 352/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 360 e 372/90.

Levanta-se a sessão.